



RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO 2021

A Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, empresa pública, sob a forma de sociedade anônima, inscrita no CNPJ nº 42.266.890/0001-28, com sede na Rua Acre nº 21, Centro, Rio de Janeiro, constituída por meio do Decreto-Lei nº 256, de 28.02.1967, tem por objeto social exercer as funções de autoridade portuária no âmbito dos portos organizados no Estado do Rio de Janeiro, sob sua administração e responsabilidade, em consonância com as políticas públicas setoriais formuladas pela Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura.

Os resultados operacionais e financeiros obtidos em 2021, com destaque ao marco de faturamento superior a R\$1 bilhão, são fruto do comprometimento da gestão com o desenvolvimento de seu ecossistema portuário. O resultado representa um expressivo incremento de R\$402,6 milhões ou 62,1% em relação a 2020.

O faturamento de 2021 foi impulsionado tanto pelo crescimento na movimentação de cargas quanto pelas variáveis que atuam na composição da receita da principal carga movimentada. Assim, a taxa de câmbio e o preço do minério de ferro no mercado internacional amplificaram as receitas oriundas da exportação da commodity contribuindo positivamente para o faturamento da CDRJ.

A CDRJ administra o segundo maior complexo portuário na movimentação de cargas do Brasil, entre os portos públicos. Em sua competência de administradora dos portos e gestora de ativos públicos, tem a obrigação legal de garantir a devida remuneração pelo uso dos bens que administra.

Desta forma, busca garantir investimentos em obras e tecnologia para melhorar seus acessos, suas instalações e a segurança da operação, ciente que a modernização da infraestrutura é fundamental para atrair mais cargas e alavancar a competitividade de seus usuários e atraente para viabilização de novos empreendimentos.

O Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras de 2021 estão disponibilizados na íntegra no endereço: <https://www.portosrio.gov.br/pl-br/institucional/instrumentos-de-governanca/demonstracoes-financeiras/detalhamento-2021>

Francisco Antônio de Magalhães Laranjeira
Diretor-Presidente

BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2021	2020	Nota	2021	2020
Ativo Circulante			(Reapresentado)			
Caixa e equivalentes de caixa	5	351.695	60.994	16	5.720	5.757
Contas a Receber de Clientes	6	13.996	40.875	17	13.435	20.455
Estoques	7	-	582	18	191.448	188.153
Créditos Fiscais	8	13.873	13.031	19	22.816	86.218
Valores a Receber	9	28.028	23.277	20	24.386	1.091
Outros Ativos	10	685	1.037	21	4.691	7.022
		<u>408.277</u>	<u>139.796</u>		<u>262.496</u>	<u>308.696</u>
Ativo Não Circulante						
Realizável a Longo Prazo						
Valores a Receber	9	59.551	62.654	18	1.050.123	996.287
Depósitos Judiciais	11	187.825	170.984	19	1.224	16.276
Contas a Receber Partes Relacionadas	12	293.215	293.215	20	299.170	359.003
Cauções e Depósitos Vinculados	13	419.076	371.916	22	1.097.112	723.343
Outros Ativos	10	483	443	21	-	7.030
		<u>960.150</u>	<u>899.212</u>		<u>299.402</u>	<u>213.124</u>
Propriedade para Investimento	14	27.547	24.053	23	<u>2.747.031</u>	<u>2.315.063</u>
Imobilizado	15	799.017	860.326			
		<u>1.786.714</u>	<u>1.783.591</u>			
Total do Ativo		2.194.991	1.923.387	Total do Passivo		2.194.991
						1.923.387

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Operações Continuadas			
Receita Operacional Líquida			
Custos da Operação	26	951.078	590.519
Lucro Bruto	27	(143.268)	(128.232)
		807.810	462.287
Resultado Operacional			
Despesas Gerais e Administrativas	28	(234.534)	(197.802)
Depreciação	29	(25.172)	(20.711)
Provisões Contábeis Líquidas	30	(517.202)	(99.050)
Outras Receitas Operacionais	31	39.297	16.386
Outras Despesas Operacionais	32	(102)	(76)
		(737.713)	(301.253)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro			70.097
Resultado Financeiro			
Resultado Financeiro Líquido	33	(124.268)	(175.287)
Resultado Antes dos Tributos			(54.171)
Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro			
Imposto de Renda	34	(82.016)	-
Contribuição Social	34	(29.535)	-
		(111.551)	
Resultado do Exercício			(165.722)
Quantidade de Ações			
Lucro/(Prejuízo) por Ação do Capital Social (em Reais)		1.222.461.484	1.222.461.484
		(0,04)	(0,01)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Resultado Líquido do Exercício		(165.722)	(14.253)
Outros Resultados Abrangentes		45.485	(5.072)
Ganho (Perda) Atuarial em Planos de Pensão		45.485	(5.072)
Resultado Abrangente do Período	20	(120.237)	(19.325)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

	2021	2020			
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(165.722)	(14.253)			
Resultado do Exercício	51.558	13.224			
(+/-) Resultado de Equivalência Patrimonial	64.544	53.197			
(-) Depreciação e Amortização	3.506	12.678			
(-) Baixas do Imobilizado	9.104	5.740			
(+/-) Variação Monetária de Créditos de Acionistas	373.769	24.524			
(+/-) Provisão para Contingências	(36.537)	(25.195)			
(+/-) Benefícios Pós-Emprego					
(-) Adiantamentos	(9.361)	(9.361)			
Resultado Ajustado	290.861	60.554			
Variações no Ativo					
Contas a Receber	26.879	13.909			
Estoques	582	(512)			
Créditos Fiscais a Recuperar	(842)	(672)			
Outros Valores a Receber	(1.648)	(26.767)			
Depósitos Judiciais	(64.001)	53.794			
Propriedades para Investimento	(3.494)	-			
Bens em Processo de Cessão	-	4.926			
Outros Ativos	312	1.880			
Variações no Passivo					
Fornecedores	(37)	(551)			
Obrigações Trabalhistas e Assistenciais	(7.020)	2.450			
Obrigações Tributárias	57.131	81.244			
Obrigações Contratuais	(78.453)	(146.384)			
Caixa Líquido - Atividades Operacionais	220.270	43.871			
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Imobilizado	(6.742)	(1.272)			
Caixa Líquido - Atividades de Investimento	(6.742)	(1.272)			
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	77.174	-			
Caixa Líquido - Atividades de Financiamento	77.174	42.599			
FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO					
Caixa e Equivalentes no Início do Período	60.993	18.394			
Caixa e Equivalentes no Fim do Período	351.695	60.993			
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
(Em milhares de Reais)					
Receitas					
Tarifas Portuárias					
Arrendamentos Operacionais e Alugueis					
Provisão para Perdas Estimadas					
Reversão de Provisões					
Insumos Adquiridos de Terceiros					
Materiais, Água, Energia e Serviços de Terceiros					
Despesas Judiciais e Provisões para Riscos Judiciais					
Outros custos					
Valor adicionado bruto produzido pela entidade					
Depreciação e Amortização					
Valor adicionado líquido produzido pela entidade					
Valor adicionado recebido em transferência	</				


COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
CNPJ/MF Nº 42.266.890/0001-28
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ, doravante denominada “CDRJ” ou “Companhia”, com sede na Rua Dom Gerardo, 35 sala 1001, Centro – Rio de Janeiro – RJ, é uma empresa pública, cuja criação foi autorizada pelo Decreto-Lei nº 794 de 27 de agosto de 1969, constituída sob a forma de sociedade anônima, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, regendo-se pela legislação relativa às sociedades por ações, Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei das Estatais, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e, no que lhe for aplicável, pela Lei 12.815, de 5 de junho de 2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários. A CDRJ tem por objeto social realizar, direta ou indiretamente, em harmonia com os planos e programas do Ministério da Infraestrutura, a administração e exploração comercial dos portos organizados e demais instalações portuárias do Estado do Rio de Janeiro.

1.1 Continuidade Operacional

As demonstrações financeiras da CDRJ foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas operações. Conforme apresentado nos relatórios, a CDRJ incorreu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em prejuízo no montante de R\$ 165.722 (R\$ 14.253 mil em 31 de dezembro de 2020), em especial pela constituição de provisões para contingências.

Embora a CDRJ possua natureza jurídica de empresa pública não sujeita às regras de falência e recuperação de empresas, as suas atividades passaram por um processo de reestruturação operacional e financeira, por meio do qual a Administração tomou medidas que visam o equacionamento dos resultados, otimizar custos e despesas com o objetivo de alcançar o equilíbrio do capital circulante líquido e recuperar a lucratividade das operações.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia Docas do Rio de Janeiro, inclusive as notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicadas de outra forma, e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 – REAPRESENTAÇÃO PARA FINS COMPARATIVOS

As demonstrações contábeis correspondentes a 31 de dezembro de 2020, originalmente divulgadas em 20/04/2021, estão sendo reapresentadas, em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, para melhor refletir as operações da Companhia. Para tanto, a Administração da Companhia revisou a forma de contabilização e apresentação dos saldos das demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de Reais)			
	31 de dezembro de 2020		
	Original	Ajuste	Reapresentado
ATIVO			
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	60.994	-	60.994
Contas a Receber de Clientes	40.875	-	40.875
Estoques	582	-	582
Créditos Fiscais a Recuperar	3.737	9.294	13.031
Valores a Receber	23.277	-	23.277
Outros Ativos	1.037	-	1.037
	130.502	9.294	139.796
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Valores a Receber	62.654	-	62.654
Depósitos Judiciais	170.984	-	170.984
Partes Relacionadas	293.215	-	293.215
Cauções e Depósitos Vinculados	371.916	-	371.916
Outros Ativos	443	-	443
	899.212	-	899.212
Propriedade para Investimento			
Imobilizado	24.053	-	24.053
	860.326	-	860.326
	1.783.591		1.783.591
Total do Ativo	1.914.093	9.294	1.923.387
BALANÇO PATRIMONIAL			
	(Em milhares de Reais)		
PASSIVO			
Passivo Circulante			
Fornecedores	5.757	-	5.757
Obrigações Trab. e Assistenciais	20.455	-	20.455
Obrigações Tributárias	154.626	33.527	188.153
Obrigações Contratuais	86.218	-	86.218
Benefícios Pós Emprego	1.091	-	1.091
Receitas Diferidas	7.022	-	7.022
	275.169	33.527	308.696
Passivo Não Circulante			
Obrigações Tributárias	996.287	-	996.287
Obrigações Contratuais	16.276	-	16.276
Benefícios Pós Emprego	359.003	-	359.003
Provisão Para Contingências	723.343	-	723.343
Receitas Diferidas	7.030	-	7.030
Adiant. Futuro Aumento de Capital	213.124	-	213.124
	2.315.063	-	2.315.063
Patrimônio Líquido			
Capital Social	2.455.537	-	2.455.537
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(5.073)	-	(5.073)
Prejuízos Acumulados	(3.126.603)	(24.233)	(3.150.836)
	(676.139)	(24.233)	(700.372)
Total do Passivo	1.914.093	9.294	1.923.387

3.1 Créditos Fiscais a Recuperar

Trata-se de correção no saldo das contas relativas à base negativa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL, considerando a utilização do crédito de exercícios anteriores no abatimento do pagamento de impostos correntes, como o PIS e a COFINS.

A correção se mostrou necessária visto que, no exercício de 2017, os créditos foram baixados com impacto negativo no resultado daquele exercício.

3.2 Obrigações Tributárias

Foram realizados dois ajustes retrospectivos: R\$ 22.205 mil, a título de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL, e R\$ 11.322 mil, relativo à Taxa de Ocupação e de Aforamento.

Os ajustes relativos ao IRPJ e à CSLL foram necessários após revisão da apuração tributária e obrigações acessórias, nos exercícios de 2016 a 2020, realizada por empresa de consultoria tributária, Convergy Serviços e Contabilidade Ltda-EPP, contratada por meio do instrumento nº 42/2020. Os ajustes foram realizados nos exercícios de 2018 a 2020, com reconhecimento da obrigação no Passivo Circulante.

O ajuste de R\$ 11.322 mil foi a título de reconhecimento, no Passivo Circulante, das Taxas de Ocupação e de Aforamento, cobradas pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, relativas ao exercício de 2018.

4 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações contábeis estão definidas abaixo.

4.1 Apuração do Resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência entre exercícios, sendo que a receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços (tarifas portuárias) e arrendamento de áreas portuárias, apresentada líquida dos impostos. A CDRJ reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e quando seja provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e, ainda, quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

4.2 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes incluem dinheiro em caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de risco insignificante de mudança de valor e de alta liquidez.

4.3 Instrumentos financeiros
(i) Ativos Financeiros
a) Reconhecimento Inicial e Mensuração

Os ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e recebíveis. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

b) Mensuração Subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos Financeiros a Valor Justo por Meio do Resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Empréstimos e Recebíveis

Empréstimos e Recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração do resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

c) Baixa

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram;

- A empresa transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro, por força de um acordo de “repasse”;

- A empresa transfere, substancialmente, todos os riscos e benefícios do ativo;

- A empresa não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

(ii) Redução ao Valor Recuperável de Ativos Financeiros

A Companhia avalia, nas datas do balanço, se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável.

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” ocorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da empresa.

(iii) Passivos Financeiros
a) Reconhecimento Inicial e Mensuração

Os passivos financeiros são classificados na categoria de empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

b) Mensuração Subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empréstimos e Financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequente a custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

c) Baixa

Um passivo financeiro é baixado quando:

- A obrigação é revogada, cancelada ou quando expirar;

- Quando for substituída por outro do mesmo mutuário com termos substancialmente diferentes;

- Quando os term


COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
CNPJ/MF Nº 42.266.890/0001-28
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA

5 – CAIXA E EQUIVALENTES

Trata-se de saldo bancário disponível em contas ativas no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal – CEF, além de investimentos em renda fixa, Operações Compromissadas – CAC, no Banco do Brasil:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Banco do Brasil	40	1
Saldo Caixa Econômica Federal	128	128
Investimentos em Renda Fixa	351.527	41.614
Saldo na Conta SIAFI	-	19.251
Totais	351.695	60.994

No exercício de 2021, a CDRJ deixou de utilizar a Conta Única do Tesouro Nacional do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, em que constavam os recursos transferidos pela União com fim específico de investimento, passando a controlar todos os recursos em suas contas bancárias.

6 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber a vencer são realizáveis no prazo médio de 30 dias, não sendo relevante o ajuste ao valor presente. Os valores registrados são:

	31/12/2021	31/12/2020				
	Bruto	(PECLD)	Líquido	Bruto	(PECLD)	Líquido
Porto do Rio	177.488	(167.526)	9.962	156.782	(141.119)	15.663
Porto de Itaguaí	10.720	(9.358)	1.362	32.255	(9.758)	22.497
Porto de Niterói	1.755	(364)	1.391	2.513	(436)	2.077
Porto de Angra	1.466	(185)	1.281	944	(306)	638
Totais	191.429	(177.433)	13.996	192.494	(151.619)	40.875

A variação positiva no saldo das faturas do Porto do Rio reflete, principalmente, a inadimplência no pagamento da Movimentação Mínima Contratual – MMC, cobrada dos arrendatários Multi-Rio Operações Portuárias S.A. e ICTS Brasil S.A., nos valores de R\$ 13.198 mil e 4.705 mil, respectivamente. Os arrendatários contestaram, judicialmente, as faturas, sem que tenha havido, até o momento, o trânsito em julgado.

A redução de saldos no Porto de Itaguaí é resultado, principalmente, da queda dos valores emitidos para a CSN Mineração, em comparação com o mesmo período de 2020. O total faturado em dezembro de 2021 foi de R\$ 6.323 mil (R\$ 22.930 mil em 2020), permanecendo em aberto o montante de R\$ 362 mil (R\$ 22.377 mil em 2020).

7 – ESTOQUES

No exercício de 2021, a CDRJ deixou de contabilizar no Ativo Circulante os valores relativos aos estoques que, por se tratarem apenas de material de consumo de baixo valor, passaram a ser lançados no resultado do exercício.

8 – CRÉDITOS FISCAIS

O detalhamento dos créditos tributários está composto abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	10.808	10.188
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	3.065	2.843
Totais	13.873	13.031

Trata-se do Saldo Negativo do IRPJ e da CSLL, resultado de retenções, nos termos da IN RFB nº 1234/2012, do Imposto de Renda retido de aplicações financeiras e demais créditos a serem utilizados.

9 – VALORES A RECEBER

	Circulante	Não Circulante		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Município do Rio de Janeiro	7.105	6.456	47.581	43.236
Convênio CDRJ x INEA	1.200	1.200	-	-
Acordos – Créditos a Receber	10.907	10.826	11.970	19.418
Empregados Cedidos	6.422	2.773	-	-
Outros Valores a Receber	2.394	2.022	-	-
Totais	28.028	23.277	59.551	62.654

Município do Rio de Janeiro compreende o saldo a receber referente à indenização por desapropriação administrativa de imóveis ou terrenos urbanos de titularidade da CDRJ, nos termos do Decreto Presidencial não numerado, de 10 de setembro de 2013, a qual autorizou o Município do Rio de Janeiro a declarar a utilidade pública o domínio público dos imóveis pertencentes à CDRJ, destinados à implantação da urbanização da área portuária. O Ente está inadimplente e o saldo devedor é objeto de encontro de contas, ainda em discussão.

O **Convênio CDRJ/INEA** refere-se ao repasse da União para o Instituto Estadual do Ambiente, a título de investimento no Programa de Saneamento de Sepetiba, conforme Termo de Convênio nº 120/2012, assinado entre a CDRJ e o INEA, visando ações de despoluição da Praia de Sepetiba. Em contrapartida, o convênio possibilita a CDRJ pugnar pela compensação do valor em face da execução movida pelo Ministério Público Federal, nos autos da Ação Civil Pública nº 2003.51.01.022386-0. Após o término do contrato, o INEA realizou a prestação de contas e pleiteou novo aditivo com fins de utilização do saldo de R\$ 1.200 mil (referente ao valor não utilizado de R\$ 500 mil e atualização no valor de R\$ 700 mil) que deveria ser restituído à CDRJ. A Diretoria Executiva da CDRJ rejeitou a proposta e propôs o ajuizamento de ação visando o resarcimento do saldo remanescente, devidamente atualizado.

Acordos – Créditos a Receber compreende o saldo a receber referente aos acordos de confissão de dívidas firmados com os seguintes clientes: Pier Mauá S.A., Triunfo Logística Ltda., Pennant Serviços Marítimos Ltda., Prestmont Serviços Marítimos Ltda., Astromarítima Navegação S/A, Preamar Serviços Marítimos Ltda. e TPAR – Terminal Portuário de Angra dos Reis.

Empregados Cedidos representa os valores a receber de órgãos e entidades por cessão de empregados da CDRJ. Atualmente, os órgãos cessionários são: Advocacia Geral da União – AGU, Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, Ministério da Infraestrutura – MINFRA, Prefeitura Municipal de Japeri e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRJ. A variação indica aumento da inadimplência dos cessionários.

10 – OUTROS ATIVOS

Os valores de curto prazo representam adiantamentos de despesas e empréstimos concedidos a empregados. No longo prazo, o saldo representa valores a recuperar em procedimentos administrativos – Procedimento Administrativo Disciplinar e restituição de valores pagos a maior.

11 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Valores relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios:

	31/12/2021	31/12/2020
Ações Judiciais – IPTU	14.205	14.214
Ações Judiciais – Portos	42.685	20.794
Ações Judiciais - VPNI	39.985	52.095
Outras Ações Judiciais	90.950	83.881
Totais	187.825	170.984

As **Ações Judiciais – IPTU** tratam de pedidos de reconhecimento de imunidade tributária, em face dos Municípios do Rio de Janeiro, Niterói, Itaguaí e Angra dos Reis.

As **Ações Judiciais – Portos** são referentes a depósitos judiciais, nos autos dos seguintes processos: 0105594-59.2004.8.19.0001, da 21ª Vara Cível do Rio de Janeiro, e 0002173-66.2013.8.19.0024, da 1ª Vara Cível do Rio de Janeiro. Há, atualmente, pedido de penhora no faturamento dos clientes específicos.

Ações Judiciais – VPNI compreendem os depósitos judiciais no processo 0100626-70.2017.5.01.0004, em trâmite na 4ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, relativo à rubrica salarial denominada VPNI – Vantagem Pessoal Nominal Individual. Os depósitos são mensais. Houve levantamento, no exercício de 2021, em favor do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários dos Portos do Estado do Rio de Janeiro.

Outras **Ações Judiciais** compreendem os depósitos judiciais nos demais processos cíveis, trabalhistas e tributários.

12 – CONTAS A RECEBER DE PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantinha recursos em conta específica pertencente ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI. Entretanto, por solicitação de sua controladora, foram devolvidos os montantes de R\$ 279.900 mil e R\$ 13.315 mil aos cofres do Governo Federal, em 2014 e 2015, respectivamente.

13 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Os seguintes valores compõem o grupo:

	31/12/2021	31/12/2020
Bloqueios em Conta Corrente	157.993	158.013
Bloqueios em Ações do Leasing	244.536	198.806
Recursos Judiciais	16.547	15.097
Totais	419.076	371.916

Bloqueios em Conta Corrente são relativos a diversas ações trabalhistas, cíveis e tributárias, com pedido de penhora judicial em conta bancária. Ultimamente, os bloqueios não vêm ocorrendo com certa frequência porque a CDRJ adotou a estratégia de realizar o pagamento da condenação antes dos pedidos de penhora.

Bloqueios nas Ações do Leasing Portobras são penhoras mensais na receita da CDRJ para garantia dos seguintes processos: 0190316-36.1998.8.19.0001 – 11ª Vara Cível do Rio de Janeiro

0102697-82.2009.8.19.0001 – 19ª Vara Cível do Rio de Janeiro

0044608-27.1994.4.02.5101 – 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro

0005985-83.1997.4.02.5101 – 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro

Recursos Judiciais registra os pagamentos de interposição de recursos ordinários, embargos de declaração, recurso de revista, agravo de instrumento, agravo interno e demais medidas jurídicas de interesse da CDRJ.

14 – PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

Trata-se de 84 (oitenta e quatro) imóveis externos (Edificações e Terrenos) de propriedade da CDRJ, mantidos para auferir aluguel ou para valorização de capital ou para ambas, registrados pelo valor de aquisição (custo histórico).

Segundo laudo de determinação de valor de mercado, observados os métodos de análise e de avaliação empregados, com considerações feitas aos bens em estudo quanto às suas características, estado de conservação e manutenção, os imóveis registrados em Propriedade para Investimentos foram avaliados em R\$ 935.466 mil (R\$ 547.499 mil em 2020).

15 – IMOBILIZADO

O ativo imobilizado está assim composto:

	Valor contábil em 01/01/2021	Movimentação - Exerc


COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
CNPJ/MF N° 42.266.890/0001-28
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA


	2021	2020
Total do Ativo	280.052	278.874
(+) Ajuste a valor de mercado	-	237
(-) Contribuições contratadas	(224.361)	(205.329)
(-) Contribuições contratadas em atraso	(197)	(144)
(-) Uso próprio	(822)	(1.005)
(-) Exigível operacional	(481)	(754)
(-) Exigível contingencial	(2.967)	(3.441)
(-) Fundo previdencial	(8.896)	(8.419)
(-) Fundo de investimento	-	-
(-) Fundo administrativo	(7.061)	(8.450)
Valor justo dos ativos - inicial	35.267	51.570
Rentabilidade referente ao período projetado	242	-
Saldo previdencial referente ao período projetado	(1.643)	-
Valor justo dos ativos - final	33.866	51.570

Conciliação da Obrigação de Benefício Definido - Segregado:

	Ativo (BAC)	Inativo (BC)
Obrigação de benefício definido no inicio do ano	149.247	220.058
Custo do serviço corrente (parte patronal)	(796)	-
Custo dos juros	3.096	4.491
Contribuições de participantes do plano	829	-
Benefícios pagos	-	(9.494)
(Ganho) / perda atuarial	(16.400)	3.025
(Ganho) / perda atuarial - mudança de premissas	(3.689)	(4.880)
(Ganho) / perda atuarial - ajuste de experiência	(12.711)	7.905
Contribuições extraordinárias assistidas	-	1.744
Obrigação de benefício definido no final do ano	135.976	219.824

Análises de Sensibilidade:

	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
	10%	- 10%	0,25%	-0,25%
Valor presente da obrigação atuarial do plano	349.132	362.978	349.765	362.037
Valor justo dos ativos do plano	33.867	33.867	33.867	33.867
(Passivo) / ativo líquido inicial	(315.265)	(329.111)	(315.898)	(328.170)
Passivo do patrocinador c/ redução de direitos	226.885	226.885	226.885	226.885
Passivo do patrocinador c/ contribuições futuras	36.949	38.414	37.016	38.314
Passivo do patrocinador c/ contrib. extraordinárias	78.627	81.745	78.769	81.533
(Passivo) / ativo líquido a ser compartilhado	27.196	17.933	26.772	18.563
(Passivo) / ativo líquido a ser reconhecido	(315.265)	(329.111)	(315.898)	(328.170)
Reconhecimento de Débitos - TCF	226.885	226.885	226.885	226.885
(Passivo) / ativo líquido reconhecido	(88.380)	(102.226)	(89.013)	(101.285)
Variações				
Tábua Biométrica				
Variação da obrigação atuarial	-1,87%	2,02%	-1,70%	1,75%
Variação do passivo / ativo líq. a ser reconhecido	-2,03%	2,18%	-1,84%	1,90%

21 - ADIANTAMENTOS

A CDRJ possui em vigência diversos contratos de arrendamento, dentre os quais alguns, por força contratual, resultaram em antecipação de receitas, contabilizadas como adiantamento (receita diferida) e reconhecidas no resultado do exercício, mensalmente, em bases lineares, segundo fruição do prazo estipulado em contrato. O montante registrado será apropriado até o final do exercício seguinte.

22 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A CDRJ constitui provisões para processos trabalhistas, cíveis e tributários a valores considerados pela Superintendência Jurídica como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis e estão compostas da seguinte maneira:

Saldo Inicial 01/01/2021	Condenações	Complemento	Reversão	Saldo Final 31/12/2021
Ações Trabalhistas	130.346	(16.756)	54.695	(3.306) 164.979
Ações Cíveis	151.193	(30.453)	424.854	(20.255) 525.339
Ações Tributárias	441.804	(1.905)	25.832	(58.937) 406.794
Totais	723.343	(49.114)	505.381	(82.498) 1.097.112

Segundo informações da Superintendência Jurídica da CDRJ, as provisões são reconhecidas tendo como base as opiniões dos advogados sobre o valor a ser desembolsado em cada ação, considerando a fase processual em que se encontram, levando em conta os valores depositados, levantamentos realizados e cálculos homologados.

Os valores foram atualizados pelos índices dos respectivos tribunais em que tramitam as ações, acrescidos de juros de mora, conforme legislação vigente. Os processos classificados como perda remota foram calculados com base nos pedidos apresentados na inicial, considerando o baixo risco de condenação ou já garantidos em juízo. Aqueles considerados como perda possível tiveram seus valores definidos com base na fase de conhecimento em processos com chances de recursos. Os processos classificados como perdas prováveis foram calculados com base na decisão em segunda instância, sem chance de reversão ou em fase de execução.

A principal variação, ocorrida no saldo dos processos cíveis, é resultado de decisão judicial, transitada em outubro de 2021, da ação 0105594-59.2004.8.19.0001, movida pelo Portus Instituto de Seguridade Social. O valor provisionado para esta ação foi de R\$ 390.112 mil (R\$ 72.103 mil em 2020).

O aumento no valor provisionado para as ações trabalhistas reflete o aumento na quantidade de processos com estimativa de perda provável: de 572 ações em 2020 para 696 em 2021.

A redução no valor provisionado para as ações tributárias reflete, principalmente, decisões recentes do Tribunal Regional Federal - TRF (novembro de 2021) quanto algumas ações de imunidade tributária, o que ensejou a alteração na estimativa de perda em alguns processos, de perda provável para remota.

Destacam-se as seguintes ações classificadas, pela Superintendência Jurídica, com perdas prováveis:

Ações Trabalhistas

Processo	Parte	Tipo	Valor
00006655620115010461	Vários autores	Enquadramento e diferenças	4.712
00006205220115010461	Vários autores	Reajuste salarial	3.571
0026172021015010461	Rafael de Farias	Enquadramento e diferenças	2.689
0163001319935010006	Carlos Henrique S. Silva	Adicional de risco	2.273
0001567342012501021	Paulo Francisco P. Couto	Enquadramento e diferenças	2.136

Ações Cíveis

Processo	Parte	Tipo	Valor
01055945920048190001	Portus Instituto de Seguridade	Ação ordinária de cobrança	390.112
00223865020034025101	Ministério Público Federal	Ação civil por danos ao erário	50.000
0229864320098190001	Cadisa Empreend. Imobiliários	Ramal rodoviário	37.372
00224729519978190001	Portus Instituto de Seguridade	Execução título extrajudicial	19.297
50245835720214025101	Massa Falida de Brazilian Food	Reparação danos materiais	11.596

22.1 Perdas Possíveis Não Provisionadas no Balanço

A Companhia possui outras contingências nas quais as probabilidades de perdas são remotas ou até possíveis. Contudo, há contingências que, devido ao valor das ações, podem propiciar perdas relevantes à CDRJ em R\$ 236.962 mil (R\$ 716.692 mil em 2020), sendo R\$ 24.282 mil de ações trabalhistas, R\$ 192.509 mil de ações cíveis e R\$ 20.171 mil de ações tributárias. Destacam-se as seguintes ações classificadas como perdas possíveis:

Ações Trabalhistas

Processo	Parte	Tipo	Valor
01009664420185010015	Vários autores	Diferenças salariais	1.777
01007863620185010077	José Eduardo Hoffmann Júnior	Diferenças salariais	1.774
01010497220205010053	Edson Barcellos Lemes	VPNI e seus reflexos	1.285
01003108920215010045	Paulo César dos Santos	VPNI e seus reflexos	1.140
01012100620195010025	Ricardo Rolemberg L. Lemos	VPNI e seus reflexos	1.037

Ações Cíveis

Processo	Parte	Tipo	Valor
00066415420084025101	DM Construtora de Obras	Contrato	100.000
50376878720194025101	Multi-Rio Op. Portuárias	Movim. mínima contratual	51.606
50158561620194025101	Companhia P. Baía Sepetiba	Ação de cobrança	17.556
00137391720134025101	Ministério Público Federal	Improbidade administrativa	8.962
50002366820204020000	ICTSI Rio Brasil Terminal 1 S.A.	Movim. mínima contratual	2.444

Ações Tributárias

Processo	Parte	Tipo	Valor

<


COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
CNPJ/MF Nº 42.266.890/0001-28
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA


As definições de partes relacionadas estão contidas no Pronunciamento Técnico nº 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Dentre as transações realizadas pela CDRJ com suas partes relacionadas, destacamos:

Transações com o Tesouro Nacional: A CDRJ celebrou três contratos de cessão de créditos, com o Tesouro Nacional, nos exercícios de 1998 a 2000, nos quais a CDRJ transferiu à União os direitos de créditos decorrentes de dois contratos de arrendamento: C-DEPJUR Nº 010/98, de 11/03/1998, celebrado entre a CDRJ e o arrendatário Libra Terminal Rio S.A., e o contrato C-DEPJUR Nº 069/98, de 23/10/98, celebrado entre a CDRJ e o arrendatário Sepetiba Tecno S.A. Dos créditos decorrentes do arrendamento da Libra Terminal Rio S.A. resultaram dois contratos de cessão, nº 018 e 026, relativos a parte fixa e variável, cujos vencimentos ocorrerão em 8 de maio de 2023. Os pagamentos mensais estão sendo realizados pela própria CDRJ.

	Parcela Atual	Saldo a Vencer
Contrato nº 018	1.020 mil	17.340 mil
Contrato nº 026	3.725 mil	63.325 mil

O contrato relativo ao arrendamento da Sepetiba Tecno S.A. possui vigência até 1º de outubro de 2025 e vem sendo recolhido pela arrendatária. A parcela atual é de R\$ 4.319 mil e o saldo a vencer totaliza R\$ 198.674 mil.

Transações com a Petrobrás: A Petrobrás opera com duas de suas filiais no Porto do Rio de Janeiro, em terminal privativo e com utilização do cais público. Quando opera em área privativa, a empresa efetua pagamento das tarifas portuárias de acesso ao canal e de fundão. No cais público, são cobradas tarifas de atração, movimentação de cargas e serviços diversos. No exercício de 2021, o valor total faturado foi de R\$ 34.146 mil (R\$ 32.161 em 2020).

A CDRJ e a Petrobrás (Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás) assinaram, já no exercício de 2022, o Contrato de Transição nº 11/2022, cujo objeto é o arrendamento, pela CDRJ à arrendatária provisória, da instalação portuária localizada no terminal multiuso 1, do Porto do Rio de Janeiro, para sua exploração em caráter transitório, até que sejam ultimados os procedimentos licitatórios para ocupação daquela área.

Transações com Cessários: A CDRJ cedeu mão de obra para os seguintes entes: Advocacia-Geral da União – AGU, Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, Ministério da Infraestrutura – MINFRA, Prefeitura de Japeri, e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRJ.

Os cessionários transferem à CDRJ, mensalmente, a título de resarcimento, os valores relativos aos gastos com os salários e demais benefícios, apurados pela CDRJ. O valor total do resarcimento no exercício de 2021 foi de R\$ 14.059 mil (R\$ 23.143 mil em 2020) e valor médio mensal foi de R\$ 1.171 mil (R\$ 1.928 mil em 2020).

Transações com o INEA: A CDRJ celebrou o Termo de Convênio nº 120/2012 com o Instituto Estadual do Ambiente – INEA visando ações de despoluição da Praia de Sepetiba, no Município de Itaguaí.

Após o término do contrato, o INEA realizou prestação de contas e pleiteou aditivo com fins de utilização do saldo de R\$ 1.200 mil, qual deveria ser restituído à CDRJ. A Diretoria Executiva da CDRJ rejeitou a proposta e determinou a cobrança. Até o encerramento do exercício de 2021, permanecia em aberto o valor a receber do ente.

Transações com o Município do Rio de Janeiro: A CDRJ possui saldo a receber referente à indenização por desapropriação administrativa de imóveis declarados de utilidade pública, ocorrida no exercício de 2014. O saldo a receber em 2021 era de R\$ 54.686 mil (R\$ 49.692 em 2020).

Outras transações: A CDRJ mantiém transações no curso de suas operações com outras entidades governamentais, tais como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, instituições financeiras com as quais opera regularmente com transações regulares de pagamentos, recebimentos e investimentos; Empresa Brasil de Comunicações – EBC, entidade responsável pelas publicações oficiais da CDRJ; e Companhia Docas do Pará – CDP e Empresa Gerencial de Projetos Navais – EMGEPRON, entidades que, atualmente, cedem empregados à CDRJ.

PARECER CONFIS Nº 002/2022 – CONSELHO FISCAL

Parecer nº 002/2022 do Conselho Fiscal

da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ

O Conselho Fiscal da COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ, em sua 614ª Reunião Extraordinária, realizada em 24/02/2022, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 110, inciso II, do Estatuto Social da Companhia, procedeu ao exame do **Relatório Anual da Administração**, bem como do **Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis**, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, à vista do Relatório dos Auditores Independentes - "Audimec Auditores Independentes S/S", de 11 de março de 2022.

Considerando a ressalva, já apontada no exercício anterior, no título "Base para opinião com ressalva", e as recomendações constantes do Relatório dos Auditores Independentes, bem como a manifestação do Conselho de Administração, registrada na Ata da 795ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 24 de março de 2022, o Conselho Fiscal OPINA no sentido de que o Relatório Anual da Administração e as referidas demonstrações contábeis refletem a situação patrimonial e a posição econômico-financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, estando em condições de serem submetidos à Assembleia Geral para apreciação dos Acionistas.

O Conselho Fiscal registra a existência de prejuízos acumulados no exercício no montante de R\$ 3.316.558 mil e o patrimônio líquido negativo de R\$ 814.536 mil e sugere que sejam envidados esforços para a resolução da pendência mencionada no item 2.1 do Relatório dos Auditores Independentes.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2022.

(assinado eletronicamente)

FELIPE FERNANDES QUEIROZ

Representante do Ministério da Infraestrutura

Presidente do Conselho Fiscal

(assinado eletronicamente)

FELIPE NOGUEIRA FERNANDES

Representante do Ministério da Infraestrutura

(assinado eletronicamente)

FREDERICO SCHETTINI BATISTA

Representante do Tesouro Nacional

(assinado eletronicamente)

ADILSON DE FARIA MACIEL

Representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro

2021
2020

Conselho de Administração

250.678,84

224.486,10

Conselho Fiscal

179.588,64

134.702,48

Comitê de Auditoria Estatutário

134.691,48

112.243,20

Informações relativas às maiores e menores remunerações (salário fixo mensal, sem encargos) pagas aos diretores e aos empregados no exercício:

	2021	2020
Conselho de Administração	250.678,84	224.486,10
Conselho Fiscal	179.588,64	134.702,48
Comitê de Auditoria Estatutário	134.691,48	112.243,20

36 – APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A autorização, pela Diretoria Executiva, para a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu em 14 de março de 2022.

FRANCISCO A. M. LARANJEIRA

DIRETOR – PRESIDENTE

CPF Nº 332.852.767-20

MÁRIO PÓVIA

DIRETOR

CPF Nº 052.473.918-88

JEAN PAULO CASTRO E SILVA

DIRETOR

CPF Nº 771.428.456-00

INDALECIO CASTILHO VILLA ALVAREZ

DIRETOR

CPF Nº 370.592.387-00

EDUARDO PIRES SOARES

CONTADOR – CRC/RJ 110913/0-7

CPF Nº 080.022.657-77

DELIBERAÇÃO Nº 046/2021/CONSAD/CDRJ

(SEI 50905.001170/2022-18)

795ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSAD, de 24/03/2022

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme disposto no Artigo 65, Inciso VIII do Estatuto Social da Companhia,

DELIBERA:

Pela aprovação do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro, 24 de MARÇO de 2022.

DINO ANTUNES DIAS BATISTA

Presidente do Conselho de Administração

DELIBERAÇÃO Nº 047/2021/CONSAD/CDRJ

(SEI 50905.000360/2022-18)

795ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSAD, de 24/03/2022

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme disposto no Artigo 65, Inciso VIII do Estatuto Social da Companhia,

DELIBERA:

Pela aprovação do Relatório Anual da Administração, relativo ao exercício de 2021.

Rio de Janeiro, 24 de MARÇO de 2022.

DINO ANTUNES DIAS BATISTA

Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2021

Aos

Acionistas, Conselheiros, Diretores e demais Administradores da COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

CNPJ Nº 42.266.890/0001-28

Rua Acre, 21 - Centro – Rio de Janeiro – RJ

Prezados(as) Senhores(as),

1. Opinião com ressalva:

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, demonstração do resultado do exercício, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstrações dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para Opinião com Ressalva" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

2. Base para opinião com ressalva

Conforme nota explicativa nº 12, a Companhia possui contabilizado em contas a receber de partes relacionadas, no ativo não circulante, o montante de R\$ 293,215 milhões. Este valor teve origem em um aumento de capital realizado pelo acionista controlador, para fazer frente a obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) que por fim não foram realizadas. Por solicitação, a administração da companhia fez devolver esse valor ao acionista controlador, que teve sua contrapartida contabilizada indevidamente em contas a receber, quando deveria ter sido baixado do capital social do acionista controlador. Consequentemente o ativo e o patrimônio líquido da companhia estão superavalados em R\$ 293,215 milhões.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor/pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princí



COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
CNPJ/MF N° 42.266.890/0001-28

MINISTÉRIO DA
INFRAESTRUTURA



5.2. Relatório da Administração

A administração da CDRJ é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quanto tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precipitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparente estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

5.3. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós, cujo Relatório de Auditoria foi emitido em 10 de março de 2021, com modificação de opinião.

6. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a CDRJ continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a CDRJ ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da CDRJ são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

7. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da CDRJ.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a CDRJ a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro/RJ, 11 de março de 2022

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/PE 000150/O

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"RJ

Sócio Sênior

Philippe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S"RJ
CNAI 4747

Thomaz de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 021100/O-8 "S"RJ
CNAI 4850

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

As pessoas naturais e jurídicas abaixo subscritas, na condição de futuras acionistas controladoras, por intermédio do presente instrumento

DECLARAM:

1. Sua intenção de adquirir o controle societário indireto da TRADITIO COMPANHIA DE SEGUROS (CNPJ/ME nº 33.041.062/0001-09), da SUL AMÉRICA SEGUROS DE PESSOAS E PREVIDÊNCIA S.A. (CNPJ/ME nº 01.704.513/0001-46) e da RIO'S CAPITALIZAÇÃO S.A. (CNPJ/ME nº 03.558.096/0001-04), em decorrência do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Sul América S.A., pela Rede D'Or São Luiz S.A.", celebrado em 23.02.2022, as quais passarão a funcionar com as características abaixo especificadas, negócio cuja concretização depende da aprovação da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP; e

2. A inexistência de restrições que possam afetar a sua reputação, conforme a regulamentação em vigor do CNSP e da SUSEP, incluindo a Resolução CNSP nº 422/2021.

3. E ESCARRECEM que, nos termos da regulamentação em vigor, eventuais impugnações à presente declaração deverão ser comunicadas diretamente à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, no endereço: Presidente Vargas, 30, 9º andar, Rio de Janeiro/RJ, Brasil, no prazo de quinze dias, contados da data da respectiva publicação do documento, em que os autores estiverem devidamente identificados, acompanhado da documentação comprobatória, observado que os declarantes poderão, na forma da legislação em vigor, ter direito a vista do respectivo processo.

Denominação social: TRADITIO COMPANHIA DE SEGUROS, SUL AMÉRICA SEGUROS DE PESSOAS E PREVIDÊNCIA S.A. e RIO'S CAPITALIZAÇÃO S.A.

Local e sede: Rua Beatriz Larragoiti Lucas nº 121, Ala Sul, 1º andar - Cidade Nova, Rio de Janeiro/RJ.

Patrimônio líquido:

TRADITIO COMPANHIA DE SEGUROS: R\$ 6.702.067 milhões na data-base de 31/12/2021.

SUL AMÉRICA SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.: R\$ 790.576 milhões na data-base de 31/12/2021.

RIO'S CAPITALIZAÇÃO S.A.: R\$ 33.876 milhões na data-base de 31/12/2021.

Composição societária: quando da consumação do negócio pretendido, o capital social das empresas controladas será 100% detido, de forma indireta, pela Rede D'Or São Luiz S.A.

Objeto social: no caso da SUL AMÉRICA SEGUROS DE PESSOAS E PREVIDÊNCIA S.A., operar com seguros de pessoas e previdência complementar privada no Brasil. As demais entidades encontram-se em processo gradual de encerramento das atividades, sem a emissão de apólices e/ou títulos de capitalizações.

Prospectivos Controladores:

REDE D'OR SÃO LUIZ S.A., companhia aberta com sede na Rua Francisco Marengo 1.312, Tatuapé/SP, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 06.047.087/0001-39;

DELTA FM&B FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, fundo de investimento inscrito no CNPJ/ME sob o nº 12.952.687/0001-44, e CHARDONNAY FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES INVESTIMENTO NO EXTERIOR, fundo de investimento inscrito no CNPJ/ME sob o nº 21.681.273/0001-19, ambos administrados pelo BTG Pactual WM Gestão de Recursos Ltda, sociedade limitada com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima 3477, 14º andar, Itaim Bibi, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 60.451.242/0001-23;

JORGE NEVAL MOLL FILHO, brasileiro, casado, médico, RG Nº 52.133.76-4 emitido pelo CRM/RJ, CPF nº 102.794.357-34;

ALICE JUNQUEIRA MOLL, brasileira, casada, médica, RG Nº 52.131.26-8 emitido pelo CRM/RJ, CPF nº 219.016.197-53;

JORGE NEVAL MOLL NETO, brasileiro, casado, médico, RG Nº 52.598.13-1 emitido pelo CRM/RJ, CPF nº 014.179.057-19;

RENATA JUNQUEIRA MOLL BERNARDES, brasileira, casada, médica, RG Nº 52.609.09-1 emitido pelo CRM/RJ, CPF nº 009.101.897-81;

ANDRÉ FRANCISCO JUNQUEIRA MOLL, brasileiro, casado, médico, RG Nº 52.684.21-0 emitido pelo CRM/RJ, CPF nº 035.747.247-05;

PEDRO JUNQUEIRA MOLL, brasileiro, casado, administrador, RG Nº 10.639.387-9 emitido pelo IFP/RJ, CPF nº 071.497.567-27;

PAULO JUNQUEIRA MOLL, brasileiro, casado, economista, RG Nº 13.091.079-7 emitido pelo IFP/RJ, CPF nº 091.218.057-92;

todas as pessoas naturais acima qualificadas com domicílio profissional na Rua Francisco Marengo 1.312, Tatuapé, São Paulo/SP.

São Paulo, 20 de abril de 2022

REDE D'OR SÃO LUIZ S.A.

DELTA FM&B FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES INVESTIMENTO NO EXTERIOR

CHARDONNAY FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES INVESTIMENTO NO EXTERIOR

JORGE NEVAL MOLL FILHO

ALICE JUNQUEIRA MOLL

JORGE NEVAL MOLL NETO

RENATA JUNQUEIRA MOLL BERNARDES

ANDRÉ FRANCISCO JUNQUEIRA MOLL

PEDRO JUNQUEIRA MOLL

PAULO JUNQUEIRA MOLL